

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

REQUERIMENTO N° , DE 2015

*Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - para esclarecer as denúncias sobre suposta irregularidade na concessão de financiamentos para empreiteiras investigadas pela operação Lava Jato e da política de criação de “campeões nacionais”.

JUSTIFICAÇÃO

Investigação aberta em maio deste ano pelo núcleo de combate à corrupção da Procuradoria da República em Brasília reúne uma série de matérias divulgadas pela imprensa que colocam o BNDES sob suspeita de ter-se tornado um foco da ocorrência de tráfico de influência na formalização de contratos de financiamento à exportação de serviços de engenharia.

Trata-se da Notícia de Fato nº 1.16.000.000991/2015-08, do 1º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Para que o Presidente do BNDES tenha a oportunidade de esclarecer esta CPI - e a toda sociedade brasileira - acerca da legalidade, da legitimidade, da economicidade dos procedimentos relacionados à aprovação dos créditos, à definição das empresas e países beneficiados, e à qualificação das operações como exportação de serviços; para que ele possa inteirar-nos acerca dos detalhes que permeiam a política de criação de “campeões nacionais”; bem como para que possa lançar luz sobre os motivos por que tentou, durante tanto tempo, - apesar de exigências do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e do Congresso - impedir que os exatos termos desses financiamentos fossem tornados públicos, solicitamos aos nossos pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em de agosto de 2015.

Raul Jungmann
PPS/PE